

## TRANSGÊNEROS NA ESCOLA: UM EXERCÍCIO DE INCLUSÃO

Adriana Conceição Silva

Edilaíne Silva

Mauro Cavalcante de Souza Filho

Centro Universitário Facex – UNIFACEX

adrimm32@hotmail.com

**RESUMO:** Uma criança transgênero, muito precocemente, nota que há algo diferente com ela, para Kennedy (2008), 80% das pessoas trans conscientizam-se de sua condição antes de terminar os anos iniciais do Ensino fundamental. Atualmente, temos vários problemas ligados à incompreensão dos alunos transgêneros e sua inserção na escola, sem que seus direitos sejam respeitados. Questões como ser chamado pelo nome com o qual se identifica (nome social) ou qual o banheiro deve ser usado, criam grandes problemas para essas pessoas que não querem nada além de viver suas vidas e serem respeitadas com a integridade que todos merecem. Isso posto, este artigo científico tem por objetivo relatar as principais dificuldades dos alunos transgêneros para receber uma educação que os respeite em sua diversidade. Quanto à metodologia, classifica-se essa pesquisa como exploratória, de cunho qualitativo, na qual se usou como técnica de coleta de dados uma pesquisa bibliográfica em artigos e legislações sobre a temática abordada e um levantamento por meio de entrevistas. A necessidade da inclusão escolar é um problema grave e que ao longo dos anos vem sendo alvo de discussões que produziram avanços, mas que nem de longe, suprimiram essa questão. E quando direcionamos para a população transgênero, a ideia de inclusão ainda está longe de ser solucionada inteiramente, dado o desconhecimento sobre essa característica do alunado.

**Palavras-chave:** Transgêneros; Educação inclusiva; Respeito.

### 1. INTRODUÇÃO

Embora haja resistência de alguns grupos sociais, já faz algum tempo que várias legislações amparam o estudo da Orientação Sexual, na escola - tais como: a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, de 1998- que mesmo não tendo como objetivo direcionar o alunado a práticas sexuais, muitas vezes, por falta de compreensão e conhecimento, da população em geral, gera muita polêmica sem que seu objetivo seja alcançado.

Mais recentemente, temos vários problemas ligados à incompreensão dos alunos transgêneros e sua inserção na escola, sem que seus direitos sejam respeitados. Questões - como ser chamado pelo nome com o qual se identifica (nome social) ou qual o banheiro deve ser usado - criam grandes problemas para essas pessoas que não querem nada

além de viver suas vidas e serem respeitadas com a integridade que todos merecem.

Isso posto, este artigo científico tem por objetivo relatar as principais dificuldades dos alunos transtornados para receber uma educação que os respeite em sua diversidade.

Este trabalho científico se justifica, pois a experiência dessa pesquisadora como professora tem mostrado que os educadores – de forma geral – não têm sido preparados adequadamente para lidar com esse público sem usar de estereótipos que mais atrapalham do que ajudam a esse público na busca de uma educação de qualidade.

Quanto à metodologia, classifica-se essa pesquisa como exploratória, de cunho qualitativo, na qual se usou como técnica de coleta de dados uma pesquisa bibliográfica em artigos e legislações sobre a temática abordada, e um levantamento por meio de entrevistas - com perguntas abertas - com alunos transtornados.

## **2. TRANSTORNADO NA ESCOLA: O QUE PRECISAMOS SABER?**

O lançamento de “As técnicas do corpo”, de Marcel Mauss, lançou uma discussão sobre a questão do sexo ligado não somente a uma categoria biológica, mas também psicológica e social, os maniqueísmos ligados a hábitos, comportamentos e atitudes estratificadas por sexo, começam a ser questionadas e desmistificadas.

A partir dessas considerações lançadas por Mauss (xxxx), Rubin (1975) afina o conceito sexo/gênero, trazendo à luz reflexões importantes sobre o sexo biológico, e abrindo caminhos para a compreensão do conceito de identidade de gênero.

Outro teórico que é necessário citar é Laqueur (2001), segundo este, a construção da diferença sexual pode ser determinada também pelo contexto histórico e cultural, mostrando que o sexo biológico não está – na maioria das vezes – distante da identidade de gênero, construída culturalmente, entretanto, essa diferença - muitas vezes - pode ser construída, situacionalmente, ao longo do tempo, contextualizando relações epistemológicas e também políticas.

Mais recentemente, a filósofa Judith Butler trouxe luz a questão do binarismo que impera fortemente em nossa sociedade, segundo a autora, a complexidade das identidades não pode ser contemplada apenas pela questão biológica, muitas são as possibilidades de estudo a serem exploradas. (ARON, 1998)

Mas, embora esses teóricos tenha aberto o terreno de discussões sobre essa temática, muito ainda precisamos saber para receber essas crianças na escola e saber como tratá-las adequadamente.

## 2.1 – CONHECER PARA INCLUIR

Vemos que a questão dos transtêneros vem sendo estudada há algum tempo, é notório observar que ainda há muito a descobrir, especialmente, quando se trata das pessoas transtêneros - nas escolas e universidades. Mesmo já sendo uma temática discutida em cursos de Psicologia, Direito e Formação de professores, na prática, a inclusão dessas crianças, jovens e adolescentes ainda é uma questão difícil, pouco discutida e controversa.

Do ponto de vista legal, temos alguns avanços no ordenamento jurídico, dentre eles, o uso do nome social – ainda que sem cirurgia – desde 2016, é muito significativo. Essa medida traz - a população transtênero - a possibilidade de mudar o nome e o gênero na documentação, fato que - no cotidiano escolar- gera uma diminuição nos constrangimentos sofridos por esses alunos e alunas.

Uma criança transgênero muito precocemente nota que há algo diferente com ela, para Kennedy (2008), 80% das pessoas trans conscientizam-se de sua condição antes de terminar os anos iniciais do Ensino fundamental. Sendo assim, como os professores orientam as suas turmas a incluir esse público?

Na entrevista com a transgênero Sofia<sup>1</sup>, ela relata que nos primeiros anos escolares foi muito difícil – a incompreensão dos colegas e professores era constante, estes entendiam que seu jeito “afeminando” era motivo para constantes episódios de bullying e constrangimentos vários. E isso ainda é recorrente devido ao fato de que muitos professores não possuem claro o conceito de identidade de gênero, que pode ser entendida como o gênero com o qual uma pessoa se identifica, discordante do sexo biológico, independente da genitália do seu nascimento.

Em de 16 de Janeiro de 2015, a resolução de nº 12 estabeleceu parâmetros para a “garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e de transexuais – e todos aqueles que tenham uma identidade de gênero reconhecida em diferentes espaços

---

<sup>1</sup> Para preservar a identidade da entrevistada, decidimos chamá-la de Sofia.

sociais – nos sistemas e instituições de ensino”, fato que já estava citado no artigo 5º da Constituição de 1988, e, corroborado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, em seu artigo 3º,

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância (...)

Esse artigo da LDB mostra o direcionamento da educação brasileira rumo a uma linha de acesso e inclusão de todos na escola, mas só a legislação que permite o acesso não é suficiente para garantir uma educação de qualidade ao alunado, especialmente, a população transgênero.

### **3. METODOLOGIA**

Inicialmente, classifica-se esta pesquisa de tipo exploratório quanto ao seu objetivo. Exploratória visto que ela é utilizada pelo pesquisador, quando os dados desenvolvidos são limitados e não há uma ideia clara e definida do problema em questão, será durante a exploração que o pesquisador irá obter de forma precisa a análise, determinando o fim e as definições operacionais do planejamento da pesquisa (GIL, 2006).

Justificou-se a linha exploratória pela necessidade da pesquisa em verificar algumas variáveis e identificar eventuais fatores que podem ser relevantes para a compreensão do problema deste trabalho.

A utilização da técnica quantitativa foi realizada através da aplicação de uma entrevista, com perguntas abertas (instrumento da pesquisa) para averiguar como alunos e alunas transgênero foram recebidos na escola e na universidade, pelos colegas e professores e população em geral. A entrevista foi aplicada a uma mulher trans, aluna de Pós-graduação em Psicologia, e um homem trans – graduando do curso de Psicologia.

Para garantir a integridade dos entrevistados, foram escolhidos – por eles – pseudônimos, a saber: Sofia e Gustavo. Sofia é Psicóloga e aluna do Mestrado em Psicologia, a primeira mulher trans do estado a atingir esse patamar e também a usar o nome social na universidade federal em que cursou. Gustavo é graduando do curso de Psicologia, e já beneficiado pela lei, ingressou na universidade fazendo uso do seu nome social.

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para chegar ao objetivo da pesquisa, foram elaboradas cinco perguntas as quais relataremos juntamente com as respostas e discussões sobre a temática abordada. A primeira pergunta era “Durante os primeiros anos de sua vida escolar, o que mais te deixava desconfortável?”; Sofia respondeu que sofria muito com a incompreensão de seu jeito de ser “diferente”, fora do padrão, na visão dos outros possui um jeito afeminando e estava sempre em companhia das meninas, fato que gerou muita transfobia<sup>2</sup> por parte dos colegas e professores.

Já para Gustavo, o principal problema era a incompreensão do que se passava com ele, e por consequência disso o uso de roupas que não representavam corretamente a sua identidade, além dos fatos já tradicionais de exclusão por parte dos colegas ou professores. As situações vividas pelos entrevistados e outros alunos e alunas trans se dá – principalmente – pela desinformação. Poucos cursos de formação de professores possuem professores qualificados para falar sobre o assunto, e ainda, o número de professores trans e pesquisadores trans – em universidades públicas ou privadas – ainda é pífio.

Na segunda pergunta, foi questionado “Sabemos que o nome social foi amparado por lei desde 2016, como era o tratamento dado a você em sala de aula?” Ambos os entrevistados fizeram sua transição na pós-adolescência e por isso o nome social só foi adotado ao chegarem à universidade. No caso de Sofia, a universidade em que cursou já adotava o nome social desde 2012, e, portanto, – ela relata – que de forma geral foi acolhida de maneira agradável, sendo respeitada na escolha de seu nome e tinha um ótimo tratamento por parte dos colegas e professores.

Já Gustavo não passou pelo processo da mesma forma, ele relata que na primeira universidade em que estudou, foram colocados na lista de chamada os dois nomes, fato que gerava não só constrangimento, e foi preciso que ele fosse até a reitoria para que fosse alterado e permaneceu o nome social na lista e na parte financeira seu nome de nascimento. Vemos por esta situação, que mesmo a universidade tentando o uso do nome social para tentar incluir esses alunos, ainda cometem erros – conforme o citado por Gustavo – embora na intenção de acertar.

O terceiro e o quarto questionamento era “Com relação aos professores, de forma geral, eles sabiam como tratar adequadamente você? Ou existiram situações desconcertantes? Se possível cite”, e ainda “Se os colegas apresentaram falta de empatia no

---

2

convívio com você ainda que por ignorância?”. Nesses quesitos, ambos entrevistados relatam que foram bem recebidos por professores e colegas, com muita empatia. Gustavo ainda relata que alguns apresentavam curiosidades, mas nenhum com intenção maldosa ou desrespeitosa; Sofia também relata que foi tratada com empatia, mas relata que alguns erros de gênero ou plurais ( uso do masculino plural quando ela estava presente em algum grupo de trabalho), às vezes, eram cometidos, mas sem grandes problemas.

Na quinta pergunta, foi indagado “Em relação à construção de um terceiro banheiro para transgêneros, o que você pensa sobre isso?”, e os entrevistados também corroboraram na resposta de que isso é desnecessário. Sofia entende que essa ideia seria uma forma de segregar, para ela, a ideia de um terceiro banheiro poderia agregar as pessoas que não se enquadram nos padrões gerais de gênero e aí então seria uma alternativa, mas no caso dela – que possui uma identidade definida como mulher trans – não é necessário um terceiro banheiro. Gustavo também não vê necessidade de um terceiro banheiro, ele como homem trans não é “menos homem que nenhum outro homem”, e não entende a construção de um terceiro banheiro.

Por fim, pediu-se que “Os entrevistados deixassem seu relato sobre o que a escola/universidade deve fazer para inclusão de alunos/alunas trans?”. Gustavo pensa que embora algumas universidades – como aquelas que ele frequentou – tratem a população trans de maneira acolhedora, ainda é necessário fazer mais palestras ou debates, principalmente, para entendimento do que é identidade de gênero, sexo biológico, orientação sexual, questões ainda muito controversas e não esclarecidas.

Já para Sofia, a universidade deve pensar as demandas dessa população, as questões de nome social, as questões de saúde, incentivos às pessoas mais pobres para ingresso na universidade, a transfobia precisa ser discutida por debates e conversas com funcionários, professores e população em geral, e ainda – para ela – é muito importante que na área da pesquisa haja pesquisadores trans escrevendo sobre as demandas dessa população, no caso dela, sua pesquisa de mestrado aborda as questões de saúde e o SUS, mas muitas outras temáticas precisam ser trabalhadas, conhecidas e debatidas para a inclusão dessas pessoas na escola/universidade.

## **5. CONCLUSÃO**

A necessidade da inclusão escolar é um problema grave e que ao longo dos anos vem sendo alvo de discussões que produziram

avanços, mas que nem de longe, suprimiram essa questão. E quando direcionamos para a população transgênero, a ideia de inclusão ainda está longe de ser solucionada inteiramente, dado o desconhecimento sobre essa característica do alunado.

Esse trabalho de pesquisa visava relatar as principais dificuldades dos alunos transgêneros para receber uma educação de respeito e acolhimento, e apesar de – empiricamente - já sabermos de todo preconceito que essas pessoas sofrem, desde os anos iniciais na escola até os poucos que chegam à universidade, os entrevistados expuseram que nas universidades em que estão, há a inclusão – diferentemente das escolas em que cursaram a educação básica, nas quais eram segregados, incompreendidos e até ridicularizados.

Nos cursos de formação de professores, mesmo já se discutindo o assunto gênero e transgênero, as propostas ainda são incipientes e insuficientes para um preparo adequado dos futuros professores que irão lidar com esse alunado que apresenta a particularidade trans.

Nas entrevistas, foi possível perceber que essas pessoas não pleiteiam nada além de seu espaço - garantido por lei – de estudar, pesquisar, e construir seu caminho profissional em escolas e universidades, sem a necessidade de constrangimentos de quaisquer tipos, sendo acolhidos ternamente, e tendo sua diversidade respeitada.

## REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do Pensamento Sociológico**. (tradução Sérgio Bath). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 20 mar.2016.

\_\_\_\_\_, Decreto Nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm). Acesso em 24 fev.2016.

\_\_\_\_\_, Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973. Lei de Registros Públicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm). Acesso em: 30 jul. 2016.

\_\_\_\_\_, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 23 abr.2016.

\_\_\_\_\_, Lei no 10.406, de 10 de Janeiro De 2002. Código Civil (2002). Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm). Acesso em 20 mar.2016.

\_\_\_\_\_, Lei n° 12.986, de 02 de junho de 2014. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12986.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12986.htm). Acesso em 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (CNCD/LGBT). Disponível em:<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt>. Acesso em 24 fev.2016

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_Resolução n°12, de 16 de janeiro de 2015. Disponível em:<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>; Acesso em 30 abr. 2016

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gênero e diversidade na escola. Disponível em:[http://estatico.cnpq.br/porta1/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/porta1/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf). Acesso em 29 mar.2016.

\_\_\_\_\_.Orientações técnicas de educação e sexualidade para o cenário brasileiro:tópicos e objetivos de aprendizagens. - Brasília: UNESCO, 2013

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Pierre Bourdier sobre gênero e educação. Revista Ártamis, João Pessoa, 2004.

KENNEDY, N. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN, v. 11, n. 2, p. 1-41, 2010.

KENNEDY, N. Transgendered children in schools – a critical review of homophobic bullying: safe to learn, embedding anti-bullying work in schools. Forum, volume 50, número 3, pp. 383-396, 2008. Tradução Valéria Amado

\_\_\_\_\_, **Resolução n°12**, de 16 de janeiro de 2015. Disponível em:<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>; Acesso em 30 agos. 2018.



KENNEDY, N. **Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFRN, v. 11, n. 2, p. 1-41, 2010.

\_\_\_\_\_. **Transgendered children in schools** – a critical review of homophobic bullying: safe to learn, embedding anti-bullying work in schools. Forum, volume 50, número 3, pp. 383-396, 2008. Tradução Valéria Amado.